

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO**  
**INICIAÇÃO CIENTÍFICA**  
**GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VICTOR MORAES VERNILLE**

**A INSERÇÃO DO BNDES NA AMÉRICA DO SUL DURANTE O GOVERNO  
LULA**

**São Paulo**

**2013**

**VICTOR MORAES VERNILLE**

## **A INSERÇÃO DO BNDES NA AMÉRICA DO SUL DURANTE O GOVERNO LULA**

Artigo Científico apresentado à Coordenação de Iniciação Científica como requisito à obtenção do certificado de conclusão da pesquisa desenvolvida no curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Orientador: Prof. Me. Rogerio Tineu

SÃO PAULO

2013

## **RESUMO**

O presente artigo visa analisar a atuação na América do Sul do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o governo Lula, baseado na política externa e nos programas sociais humanitário do período, busca-se compreender se a atuação desse banco objetivou a cooperação ou foi marcado pelo imperialismo regional.

**Palavras-Chaves:** BNDES. Lula. América do Sul. Internacionalização.

## **ABSTRACT**

This article searches to analyze the acting in South America of the Brazilian national development bank (BNDES) in Lula's government, based on it foreign policy and humanitarian social programs, looking up if the action of this institution chased the cooperation or finished in regional imperialism.

**Keywords:** BNDES. Lula. South America. Internationalization.

## **Introdução**

Os oitos anos de duração do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram os mais bem sucedidos desde a redemocratização do Brasil. Apesar de sua tendência desenvolvimentista não ser nova no executivo nacional, talvez tenha sido a primeira vez em que o contexto interno e externo estivessem propícios para o crescimento. No cenário internacional, até a crise de 2008, houve crescimento e apesar das guerras americanas no Iraque e no Afeganistão, nenhum conflito destruiu a ordem vigente a ponto de mudar as relações de poder significativamente, isso ajudou a manter o mínimo de confiança entre as nações e empresas para os investimentos e comércio. Nacionalmente o país estava com uma estrutura coesa, com uma moeda confiável e inflação controlada, além da democracia ter passado por um grande teste que foi a mudança de poder pacífica entre dois partidos rivais, entretanto um grande e histórico problema persistia, a pobreza extrema.

Ao longo dos anos, com programas sociais como os Programas Fome Zero e o Bolsa Família, esse problema foi diminuindo e com a melhor redistribuição da riqueza o mercado interno brasileiro aumentou, com isso a economia brasileira prosperou e o Brasil começou a buscar maior projeção no Sistema Internacional, dessa forma o governo buscou inserir o país no mundo buscando consolidar a imagem de potência regional e potência emergente, para isso utilizou de várias de suas instituições para aumentar o poder e melhorar sua imagem. É nesse contexto que o BNDES (Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social) começou a atuar internacionalmente, mantendo o foco em ajudar a economia e empresas nacionais não mais apenas dentro do país, como também fora, principalmente na América do Sul.

Essa pesquisa pretende analisar como ocorreu essa inserção sul-americana do banco, sendo o Brasil o país mais forte econômica e politicamente da região, é pertinente saber se sua ação objetiva a cooperação como anuncia os discursos tanto do ex-presidente como do Ministério das Relações Exteriores, ou se apenas objetiva a maximização de poder das empresas nacionais e do país em detrimento dos países vizinhos.

O trabalho será dividido em cinco partes. Na primeira será descrito a origem do banco, bem como, sua atuação interna durante o governo Lula, a seguir o tema abordado é a política externa do período seguido, pela ação do banco regionalmente, influenciado pela política econômica do ex-chefe de Estado e governo, para finalizar é feito uma crítica a atuação do banco e uma conclusão final sobre todo o período.

## **História do BNDES**

O BNDES foi criado no dia 20 de junho de 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, como parte de um projeto para impulsionar a industrialização e o desenvolvimento do Brasil que o presidente iniciou no seu primeiro governo. Quando foi criado o banco não tinha o “S” em seu nome que foi acrescentado na década de 1980. O objetivo de Vargas era manter a política econômica nacionalista, que o caracterizou nos seus quinze primeiros anos a frente do Palácio do Catete.

Para entender a ideia por trás da criação do banco é necessário entender a situação econômica do Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Após o conflito o país saiu com um parque industrial em crescimento, tanto pelo apoio técnico e financeiro americano, para atrair o Brasil para a luta contra o Eixo, quanto pela maior demanda mundial por produtos, devido a Europa estar em guerra e destruída após o evento, e por isso, não ter condição de manter a força econômica mundial que tinha no entre guerras. Para assegurar o crescimento nacional foi criado, em 1951, o Plano Nacional de Reparelhamento Econômico (PNRE), para ter os recursos necessários para o plano acordado financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Export-Import Bank (EXIMBANK), o Estado brasileiro iria contribuir com um adicional oriundo do aumento do Imposto de Renda e foi criado um grupo de apoio técnico com brasileiros e americanos (Paiva, 2012, p.16).

O grupo formado pelos quase duzentos técnicos americanos e brasileiros recebeu o nome de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), e realizou seus trabalhos de 19 de julho de 1951 a 31 de julho de 1953, no âmbito do Ministério da Fazenda. Durante esses anos, a CMBEU analisou os principais problemas econômicos brasileiros (Paiva, 2012, p.16).

A Comissão Mista após seus estudos estabeleceu metas para aumentos os investimentos públicos e privados, internos e externos para garantir o crescimento da economia brasileira e acelerá-la. Foram apresentados 41 projetos que visavam aprimorar a infraestrutura do Brasil, principalmente nas áreas de transporte e energia. E para coordenar esse projeto foi sugerido à criação de um banco do desenvolvimento (Paiva, 2012, p.19).

Na sua criação o BNDES tinha um capital de 20 milhões de cruzeiros fornecidos pelo Tesouro Nacional e ficaria responsável por negociações de empréstimos externos para o PNRE, e de gerir o Plano Nacional de Eletrificação (Paiva, 2012, p.21).

A partir desse momento o banco foi usado por todos os governos seguintes para financiar projetos que elevassem a indústria nacional, seja por investimentos diretos ou por melhores condições estruturais do país. Essa visão mudou quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Carlos Lessa assumiu a presidência do banco e anunciou que iria trabalhar para apoiar as políticas sociais do governo, para promover o “desenvolvimento com inclusão”, alterando a estrutura interna da instituição e seu quadro técnico (Paiva, 2012, p.152). Dessa forma, as prioridades de investimentos mudaram, ficando de acordo com os objetivos do novo governo:

Na apreciação de dois ou mais projetos com igual nível de risco, a preferência deveria recair sobre aquele que mais contribuísse para o desenvolvimento com inclusão. Por essa ótica, a seleção deveria priorizar projetos com mais possibilidades de geração de emprego (Paiva, 2012, p.153).

Logo no início desse novo projeto, o BNDES liberou em 2003, nos primeiros cinco meses 36% a mais de recursos para projetos sociais do que no mesmo período do ano anterior, e atuou também em setores como saúde, educação e assistência integral. Foi criado um novo Programa de Microcrédito, com taxas de juros de 2%, com instituições repassadoras de verba como sindicato, banco público e prefeituras, esses recursos totalizaram R\$ 75 milhões nas áreas sociais de 2004 a 2006 (Paiva, 2012, p.154). No ano de 2006 foi criado o Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo (Decult), buscando incentivar as áreas cultural e audiovisual do país. (Paiva, 2012, p.175).

Na área comercial o governo deveria agir com qualidades logísticas, estabilizando a economia e colocando o Estado como principal arquiteto da política-econômica nacional. O país deveria coordenar as empresas brasileiras para que se internacionalizem e tivessem força para competir mundialmente, e o BNDES seria o principal braço do governo nessa ação (Valdez, 2011, 70).

No segundo mandato Lula convidou Luciano Coutinho para a presidência da instituição, assumindo em 2007 tinha como o novo objetivo do banco apoiar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de logística e energia e participando da Política de Desenvolvimento Produtivo (Paiva, 2012, p.170).

Em 2008 foi criada a Área Internacional (AINT), que tem como função apoiar as exportações e internacionalizações de empresas brasileiras. Nos últimos anos muitas empresas brasileiras tinham expandido seus negócios para fora do Brasil e o BNDES com o AINT planejou a arrecadação de recursos externos para apoiar esse processo na economia brasileira e a internacionalização do próprio banco (Paiva, 2012, p.182).

A AINT foi estruturada contando com unidades do BNDES no exterior. Inicialmente, o banco estabeleceu uma representação no MERCOSUL, com a abertura de um escritório em Montevideu, no Uruguai, Pouco depois, foi constituída uma subsidiária em Londres, na forma de empresa de participações sem atividades financeiras (Paiva, 2012, p.183).

No mesmo ano foram criadas novas áreas no banco como inovação, socioambiental e desenvolvimento regional e local, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar as ações no Brasil (Paiva, 2012, p.173). No ano de 2009, o banco desembolsou sua maior quantia até então no valor 137,5 bilhões de reais, sendo 49 % maior do que no ano anterior, grande parte foi destinada ao PAC, sendo 36% para a área de infraestrutura, já as regiões Norte e Nordeste receberam maiores quantias, 126% e 189% respectivamente a mais do que em 2008 (Paiva, 2012, p.183). E apesar da crise em 2010 os investimentos já haviam retornado a crescer, sendo 22,6% maior do que no ano anterior (Paiva, 2012, p.185).

Após esse breve histórico do BNDES será analisado política externa brasileira para os países da América do Sul durante o governo Lula. Até o momento é perceptível a mudança da política do BNDES, de fomentador da indústria e desenvolvimento econômico, de sua fundação nos anos de 1950 para gerador de inclusão social e expansão das empresas nacionais ao exterior no governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

## **Política Externa do Governo Lula**

Com o início do governo Lula, as relações externas do Brasil mudaram seu objetivo dos países mais desenvolvidos e ao norte para os países em desenvolvimento no sul. O objetivo era inclinar as economias desses países em um eixo comum, e assim, não sofrer com a força e peso das economias mais industrializadas que detêm maior poder de impor suas vontades e interesses. Com esse objetivo foram formados grupos de cooperação como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que passaram a articular como países emergentes no cenário internacional e buscaram cada vez mais quebrar a lógica de poder dominante, buscando a inserção dos países em desenvolvimento nas definições globais sobre segurança, economia e sistema financeiro, bem como, a democratização dos meios internacionais de decisão e uma nova agenda com temas importantes para os países do hemisfério sul, como a liberalização de produtos agrícolas nos mercados da Europa e Estados Unidos (Freixo, 2011, p.25).

Seguindo essa ideia de 2004 a 2008 o intercâmbio comercial com a Rússia aumentou quatro vezes indo a US\$ 7,9 bilhões (Freixo, 2011, p.148) e foram feitas visitas a países africanos pelo presidente Lula em 2003 e 2004 (Freixo, 2011, p.192).

Partindo dessa premissa a América do Sul posicionasse como a mais importante região de inserção brasileira, tanto pela proximidade geográfica como pela similaridade cultural (Valdez, 2011, p.104). O projeto de governo do PT já indicava uma importância para a América do Sul, visando integrar a região e diminuir os conflitos e tensões, como projeto para o desenvolvimento do Brasil (Freixo, 2011, p.125).

Desde o início do Governo Lula, sua administração deixou clara a prioridade com que a América do Sul seria tratada no âmbito da política externa do país. No entanto, apesar de valorizar os aspectos políticos e democráticos inerentes ao processo de integração da América do sul, o Presidente Lula enfatizou os aspectos econômicos-comerciais como sendo os alicerces desse processo integracionista (Valdez, 2011, 59).

A característica político-econômica que guiava essa forma de integração é a “integração competitiva das companhias brasileiras ao processo de Globalização Produtiva e pode também representar uma oportunidade para sejam efetuados investimentos estratégicos em projetos de integração regional” (ALEM; CAVALCANT, 2005, 70). A partir de 2003 Brasília passou a impulsionar o comércio com foco na região, aumentando-o até o

subcontinente superar os Estados Unidos, como principal destino para as exportações brasileiras (Valdez, 2011, 60).

Dessa forma, apesar do Cone Sul e dos países andinos tornarem-se os principais parceiros comerciais do Brasil na região, não houve uma política de apoio conjunto para o desenvolvimento de valores comuns, como a democracia, nem o interesse de desenvolvimento econômico comum, como será visto adiante, o objetivo de aumentar o comércio regional criou a necessidade de ter empresas competitivas e para isso o BNDES foi fundamental como financiador de compra de empresas sul-americanas por brasileiras.

## **Financiamento do BNDES para compra de empresas estrangeiras**

Antes de estudar os empréstimos do BNDES as empresas nacionais, é pertinente entender de onde o banco retira recursos para essa ação tão custosa monetariamente. Para atender os objetivos do novo governo foi criado o Departamento de Captação de Organismos Multilaterais (DCOM), esse departamento começou a captar recursos de instituições financeiras internacionais privadas, estatais e multilaterais (Valdez, 2011, 17). A partir dessa informação, percebe-se que os recursos do banco para as ações externas não provêm de impostos ou de lucros de empréstimos anteriores, como seria imaginado, mas seu poder financeiro também parte de recursos à base de empréstimo. Sendo assim, apesar dos empréstimos serem utilizados para o desenvolvimento e não para o lucro da instituição, não é possível determinar o quão independente são as escolhas dos projetos a serem financiados e qual o grau de tolerância frente a possíveis fracassos.

O estatuto do BNDES, em seu artigo 9º, inciso II, prevê que o apoio a investimentos diretos no exterior deve beneficiar exclusivamente empresas de capital nacional. Como requerimento de desempenho que constituam contrapartida ao financiamento para investimento no exterior, o incremento nas exportações líquidas da empresa em função do projeto apoiado deverá ser equivalente ao investimento total do empreendimento no prazo máximo de seis anos (ALEM; CAVALCANTI, 2005, 71).

Partindo desse artigo o banco aprovou em 2005 seu primeiro financiamento para o âmbito externo, a empresa frigorífica de carne bovina, Friboi, a maior do país, comprou por 200 milhões de dólares 85,3% da argentina Swift Armour S.A., dos quais US\$ 80 milhões foram via BNDES, tornado a empresa brasileira um dos maiores frigoríficos do mundo (ALEM; CAVALCANT, 2005, 71). A instituição continuou ao longo dos anos concedendo financiamentos a outras multinacionais brasileiras para comprar partes de empresas dos países vizinhos ao Brasil, a crise Argentina do começo dos anos 2000 facilitou a inserção nacional em sua economia. O apoio para a internacionalização veio não apenas do



BNDES, mas também do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Valdez, 2011, 69).

A política do governo Lula usou da economia e da política externa para alavancar o neodesenvolvimentismo, utilizando-se de meios internos e projetando as empresas externamente ao país gerou grupos mais fortes e por sua vez criaram mais empregos e consumo. A atuação do governo federal pode ser considerada como de Estado logístico responsável pela articulação das variáveis responsáveis pela geração de condições de internacionalização.

Com essa atuação, os capitais dos outros países passaram a ser cada vez mais internacionalizados para empresas brasileiras, desse modo os Estados da região perdem recursos e veem partes de setores da economia em controle de empresas estrangeiras. Entretanto, por serem empresas brasileiras, são mais propensas a entenderem a cultura político-econômica da região e a pressões políticas, visto que suas sedes estão próximas.

Entre as principais atuações do BNDES esta sua relação com as empreiteiras. Nessa relação o banco financia obras de infraestrutura em países sul americanos e as empresas que realizam o projeto são brasileiras, mas esse cenário só foi possível graças a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (Freixo, 2011, p. 135). A integração foi formada no ano 2000, o então presidente Fernando Henrique Cardoso convidou todos os chefes de Estado e de Governo do subcontinente para discussão sobre vários assuntos pertinentes aos países. No encontro a infraestrutura teve maior peso e então foi criada a integração, com o objetivo de desenvolver o setor propiciando maior circulação de mercadoria, bens e pessoas, facilitando o comércio e a cooperação entre os países da região (Valdez, 2011, 61). Com o governo Lula, a IIRSA ganhou importância, pois criou um canal para a internacionalização do BNDES, as empresas que mais obtiveram empréstimos do banco nesse processo foram a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (Valdez, 2011, 63-65). As maiores empresas brasileiras de engenharia civil obtiveram grande influência nesse processo. Em 2010 a Andrade Gutierrez estava envolvida em obras na Venezuela para a construção de uma usina siderúrgica na cidade de Porto Ordaz (US\$865,4 milhões) e em Sucre esta construindo um estaleiro (US\$ 637,9 milhões) (Valdez, 2011, 67). A IIRSA pretende gerar condições para a circulação de bens, serviços e pessoas, o que a primeira vista possa parecer algo importante e necessário a região, quando estudado mais a fundo pode ser considerado um retrocesso.

A IIRSA não deve ser vista como um pacote de projetos físicos. Mais do que isso, ela é uma ferramenta política do imperialismo que, por dentro dos Estados nacionais sul-americanos, de forma coordenada, impulsiona acordos econômico-políticos, para aumentar a escala dos atuais corredores de exportação e criar novos, especialmente na Amazônia, onde o jogo político é mais visível com o desmonte da regulamentação ambiental, com a imposição de restrições às territorializações impeditivas da territorialização única dos grandes negócios, e com a regularização da grilagem e do latifúndio e de todas suas práticas e modos criminosos, em suas “posses” e em seus “Estados” (Campanha Justiça..., 2009, 200).

A crítica feita a IIRSA é de que ela não gera dinamismo entre seus membros, mas apenas beneficiam empresas na competitividade global (Campanha Justiça..., 2009, 200). Advoga-se que as empresas beneficiadas são da região, entretanto, a maioria das empresas beneficiadas pelos projetos e financiadas pelo BNDES tem ações em bolsa de valores do Brasil e de outros países de todo o mundo, desse modo parte considerável de seus acionistas não são brasileiros e não estão interessados no desenvolvimento regional como objetivo final.

### **Crítica ao BNDES no período**

Nessa breve análise é possível constatar duas formas de inserção do BNDES na América do Sul. Uma seria via empréstimos para empresas brasileiras comprarem outras empresas do continente, ou ao menos parte delas. A segunda são os créditos concedidos para obras da IIRSA. Esses dois modelos divergem quanto as suas características, e desse modo impedem uma avaliação única sobre a atuação do banco internacionalmente.

No primeiro modelo, como visto acima, a instituição financiou a expansão das empresas brasileiras sobre as crises e fragilidades dos países vizinhos, mantendo uma característica típica do capitalismo que é o monopólio e a concentração de capital. Partindo dessa avaliação, a atuação do BNDES e do Brasil é imperialista, devido ao maior controle que exerce sobre setores da economia dos países da região, entretanto, muitas das empresas foram compradas com capital brasileiro justamente por sua fragilidade financeira internacional, até mesmo dentro de seus respectivos países, e estando inseridas numa economia liberal capitalista, estavam suscetíveis a serem incorporadas por outras empresas estrangeiras, nessa situação pragmática, o Brasil apenas manteve a lógica do sistema e garantiu que mercados próximos geograficamente estivessem sob seu controle, evitando maior inserção de potências globais como a China e os Estados Unidos. Os países que tiveram empresas compradas também detém alguma vantagem, já

que as sedes dos grupos estão próximas, à possibilidade e a força das pressões por seus interesses, são maiores e mais perceptíveis.

Apesar dessa política do Governo Lula em expandir as empresas brasileiras pela América do Sul tenha tido sucesso, não implica que ela não teve resistência dos países afetados.

Em termos econômicos, Néstor Kirchner (e depois Cristina Kirchner) adotou uma estratégia neodesenvolvimentista, com vistas a recompor o parque industrial nacional, que entrou em choque com a consolidada política industrial brasileira reforçada pela perspectiva de expansão das empresas brasileira na região (Freixo, 2011, p. 132).

Na Argentina os governos Kirchner , assim como o Lula, eram e são de tendência desenvolvimentista, entretanto na área econômica não cooperaram o tanto que o alinhamento político sugeriria, devido a concorrência da economia mundial, o que não afetou a aproximação política e a cooperação em outras áreas pelas duas nações. Sendo assim, a atuação imperialista do BNDES em relação a expansão brasileiras deve ser vista como natural no atual sistema econômico, o que deve ser criticado é que essa foi a única área de atuação do banco na região. A instituição não seguiu os mesmos objetivos sociais que a caracterizaram internamente como mostrado acima, em suas relações sul-americanas.

Em relação aos créditos para obras da IIRSA, as suas ações são em benefício de empresas com capital internacional e em muitos casos seus objetivos são o escoamento da produção dessas mesmas empresas, mas sendo a América do Sul uma região em desenvolvimento, sua infraestrutura não é suficiente para competir em igualdade com outras regiões do planeta, e sendo assim, os investimentos se mostram necessários. Ao mesmo tempo, investimentos para a maior integração de seus membros também se mostram necessários, principalmente para o Brasil, que apesar de ser o maior país da região vive uma espécie de isolamento quando avalia-se o conhecimento e interação com povos vizinhos, devido a idioma diferente , mas também pela maioria da sua população viver no litoral longe das fronteiras. Os investimentos da IIRSA para o capital privado se faz necessário para melhorar a competitividade dos países no comércio internacional, mas também, o BNDES deve investir em projetos que vão além do foco econômico, deve visar a interação dos povos para melhorar as relações dos países e também melhorar a imagem brasileira frente as populações do subcontinente.

## **Conclusão Final**

Durante os oitos anos da gestão Lula o BNDES mudou seu foco de ação no Brasil, buscou alinhar-se com as políticas sociais do governo e com sua maior atuação na América do Sul. Na expectativa de aumentar o poder econômico brasileiro e das empresas nacionais, obteve grande sucesso, reconhecido por diversos setores nacionais e órgãos internacionais. Para aumentar sua atuação investiu em novas áreas como audiovisual e internacional.

Numa segunda atuação foi instrumento tanto da política externa quanto da economia, elevando em ambas o poder de barganha frente a novos problemas. Apesar desses pontos a comemorar, não foi tão humanista quanto o governo ao qual serviu é comumente lembrado, nesse quesito foi extremamente pragmático na busca por acumulação de poder e apesar de outros órgãos da nação que atuam na área internacional terem objetivado mais a cooperação, do que o banco, perdeu-se uma grande oportunidade de aumentar a integração da região com os seus recursos, do que apenas maximizar o poder brasileiro.

## Referências

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras**: Algumas Reflexões. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v.12, n.24, p. 43-76, dez. 2005.

CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS et al. **Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina**: Um Debate Necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009 p. 245.

FREIXO, Alexandre de; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo (Orgs.). **A Política Externa Brasileira na era Lula**: Um balanço, Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 223.

PAIVA, Márcia de. **BNDES: um banco de história e de futuro**. São Paulo 2012, p. 216. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro\\_BNDES\\_um\\_banco\\_de\\_historia\\_e\\_do\\_futuro.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf)> Acesso em: 07 jul. 2013.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **A Internacionalização do BNDES no Governo Lula**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.131 Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.

